

Brasil ameaça

Economia

13/3/87, SEXTA-FEIRA • 9

prorrogar a moratória

Montevidéu — A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa do Brasil "pode prolongar-se" se as negociações com os credores não prosperarem, disse ontem em Montevidéu o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Abreu Sodré. Em entrevista concedida a AFP, o chanceler, que participa de uma reunião ministerial, em Montevidéu, da Associação Latino Americana de Integração, afirmou que a interrupção dos pagamentos foi decidida inicialmente pelo prazo de 90 dias, para "começar as conversações" com os bancos credores. Contudo, informou que esse prazo pode "estender-se" e assinalou que "o poder da palavra e dos ideais podem fazer diminuir os 90 dias para 60, como podem passar de 90 a 120 dias".

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, disse na quarta-feira em Brasília, após viagem aos Estados Unidos, Europa e Japão, que o reinício do pagamento dos juros da dívida externa brasileira se resolverá somente "quando houver compreensão mundial sobre o problema". Referindo-se a viagem do ministro Funaro, Abreu Sodré admitiu que "ao se iniciar uma conversação depois de uma medida como a adotada pelo Brasil, o

balanço não pode ser imediatamente positivo", mas augurou que "o tempo trará bons resultados".

Abreu Sodré precisou ontem em Montevidéu que a "questão da dívida externa é um caso exclusivo de cada país" e advertiu que "a posição de uma nação não pode obrigar outra a tomar as mesmas medidas". "As condições são diferentes em relação a quantidade da dívida, o valor dos juros, os prazos e as condições para a recuperação econômica", mas esclareceu que a decisão do Brasil "pode servir a outros países". O chanceler reiterou que a suspensão dos pagamentos não significa "um rompimento com os países credores" e sim responde a um problema de "sobrevivência" porque "não podemos pagar, como nos últimos cinco anos, 64 bilhões de dólares".

O ministro disse ter colocado à seus colegas latino-americanos em Montevidéu o problema brasileiro e assegurou que "eles compreenderam perfeitamente nossa posição". Afirmou que seu governo "veria com bons olhos" a possibilidade dos demais países da região adotarem medidas de caráter solidário com a decisão brasileira,

Chanceler elogia decisão

Montevidéu — O chanceler peruano, Alan Wagner, disse ontem considerar "evidente que a posição adotada pelo Brasil com relação à sua dívida é de extrema importância e reflete uma posição por parte do governo brasileiro semelhante a de outros governos latino-americanos de defesa ao direito de desenvolver-se".

"Temos que fazer prevalecer o direito ao desenvolvimento e ao bem-estar de nossos povos frente aos interesses dos credores externos", disse à UPI o chanceler peruano, acrescentando esperar que "iniciativas como a tomada pelo Brasil e outros passos dados no continente contribuam para a formalização de uma posição comum em termos cada vez mais concretos".

Analisando a situação interna do Peru, depois que o país tomou a decisão

de só pagar 10 por cento do valor de suas exportações, Wagner disse que os números são eloquentes. "No ano passado, o Produto Nacional Bruto cresceu nove por cento, um dos mais altos índices da América Latina, o que demonstra que a economia nacional melhorou, tanto do ponto de vista da receita como do nível de vida da população".

Acrescentou que esse resultado só foi possível graças às medidas tomadas pelo governo de Alan Garcia, particularmente as referentes ao serviço da dívida, que permitiu ter disponibilidade de recursos para reativar o processo de desenvolvimento. O chanceler está em Montevidéu para participar da reunião do Conselho de Ministro da Aladi, a Associação Latino-Americana de Integração.